

**EQUATORIAL TRANSMISSORA SPE 7 SPE S.A.**  
**CNPJ/MF nº 26.845.702/0001-60**  
**NIRE 5330001771-9**

Senhores Acionistas,

Apresentamos a seguir a Proposta da Administração acerca das matérias constantes da ordem do dia da Assembleia Geral Ordinária da Companhia a ser realizada no dia 30 de abril de 2019:

**Assembleia Geral Ordinária:**

- 1. Exame, discussão e votação das Demonstrações Financeiras da Companhia, do Parecer dos Auditores Independentes e do Parecer do Conselho Fiscal da Companhia relativos ao exercício social encerrado em 31.12.2018.**

Propomos que sejam aprovadas as demonstrações financeiras relativas ao exercício social de 2018, conforme divulgadas em 29 de março de 2019 nos *websites* da Comissão de Valores Mobiliários e da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão, através do Sistema de Informações Periódicas (IPE) e nos jornais de publicação da Companhia (as “Demonstrações Financeiras”).

Destacamos, adicionalmente, que, nos termos do inciso III do art. 9º da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) nº 481, de 17 de dezembro de 2009 (“Instrução CVM 481/09”), as informações dispostas no Anexo I a presente proposta, refletem nossos comentários sobre a situação financeira da Companhia.

- 2. Exame, discussão e votação do relatório da administração e as contas dos administradores referentes ao exercício social findo em 31.12.2018.**

Conforme já mencionado no item anterior, nos termos do inciso III do art. 9º da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) nº 481, de 17 de dezembro de 2009 (“Instrução CVM 481/09”), as informações dispostas no Anexo I à presente proposta, refletem nossos comentários sobre a situação financeira da Companhia.

- 3. Exame, discussão e votação da proposta da administração para a destinação do resultado relativo ao exercício social findo em 31.12.2018.**

Propomos que o lucro líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2018 tenha a destinação que lhe foi indicada nas Demonstrações Financeiras, conforme detalhado no Anexo II a esta proposta, elaborado de acordo com o inciso II do §1º do art. 9º da Instrução CVM 481/09, bem como que seja aprovada a distribuição de dividendos proposta pelo Conselho de Administração em reunião realizada em 29 de março de 2019.

- 4. Fixação do número de membros do Conselho de Administração da Companhia, assim como a eleição de seus membros.**

Propomos que seja fixado em 7 (sete) o número de membros do Conselho de Administração da Companhia.

Adicionalmente, indicamos os seguintes membros para integrarem seu Conselho de Administração: Augusto Miranda da Paz Junior, Leonardo da Silva Lucas Tavares de Lima, Humberto Luís Queiroz Nogueira, Sérgio Túlio dos Santos, Humberto Soares Filho, Firmino Ferreira Sampaio Neto, Augusto Dantas Borges.

Esclarecemos que, nos termos do artigo 10 da Instrução CVM 481/09, as informações referentes aos candidatos aos cargos de membros do Conselho de Administração da Companhia acima indicados encontram-se detalhadas no Anexo III a esta proposta.

**5. Fixação da remuneração global anual dos administradores para o exercício de 2019.**

Propomos que a remuneração global dos administradores para o exercício de 2019, considerando o período de 1º de janeiro a 31 de dezembro, seja fixada no montante global de até R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais).

Esclarecemos que as informações necessárias para a devida análise da proposta da remuneração dos administradores, conforme estabelecido pelo art. 12 da Instrução CVM 481/09, encontram-se dispostas no Anexo III a esta proposta.

**ANEXO I**  
**Comentários dos Diretores da Companhia**  
**Item 10 – Formulário de Referência (Instrução CVM 480/09)**

**10.1. Comentários dos Diretores sobre:**

As informações financeiras contidas nos itens 10.1 a 10.7 deste Formulário de Referência são derivadas de demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017 e, do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, e elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil. A análise dos Diretores da Companhia esclarecendo os resultados obtidos e as razões para a flutuação nos valores de contas patrimoniais da Companhia constituem uma opinião sobre os impactos ou efeitos dos dados apresentados nas Demonstrações Financeiras sobre a situação financeira da Companhia. A Diretoria da Companhia não pode garantir que a situação financeira e os resultados obtidos no passado venham a se reproduzir no futuro. Os termos “AH” e “AV” constantes das colunas de determinadas tabelas deste item 10 em geral significam “Análise Horizontal” e “Análise Vertical”, respectivamente.

As informações financeiras contidas nos itens 10.1 a 10.7 deste Formulário de Referência são derivadas de demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017 e, quando aplicável, de demonstrações financeiras da Companhia do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016, e elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil. A análise dos Diretores da Companhia esclarecendo os resultados obtidos e as razões para a flutuação nos valores de contas patrimoniais da Companhia constituem uma opinião sobre os impactos ou efeitos dos dados apresentados nas Demonstrações Financeiras sobre a situação financeira da Companhia. A Diretoria da Companhia não pode garantir que a situação financeira e os resultados obtidos no passado venham a se reproduzir no futuro. Os termos “AH” e “AV” constantes das colunas de determinadas tabelas deste item 10 em geral significam “Análise Horizontal” e “Análise Vertical”, respectivamente.

Considerando que a Companhia foi constituída em 2016, não há informações a serem prestadas com relação ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015.

**a) condições financeiras e patrimoniais gerais**

O Patrimônio Líquido da Companhia em 31 de dezembro de 2018 era de R\$109.483 milhões. A companhia foi constituída em 31 de dezembro de 2017 era de R\$ 35,1 milhões.

O Patrimônio Líquido da Companhia em 31 de dezembro de 2017 era de R\$35,1 milhões. A companhia foi constituída em 17 de novembro de 2016, por esse motivo o patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2016 era R\$ 1 mil.

O lucro líquido do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 totalizou R\$33.720 mil.

Por se tratar de empresa pré-operacional, a Companhia apresentava caixa líquido de R\$ 315.150 milhões e endividamento bruto em 31 de dezembro de 2018 R\$ 475.154. Os investimentos realizados no desenvolvimento do projeto de transmissão foram financiados através de 100% de capital próprio, até 31 de dezembro de 2017.

O lucro líquido do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017 totalizou R\$233 mil.

Por se tratar de empresa pré-operacional, a Companhia apresentava caixa líquido de R\$ 3,5 milhões (endividamento bruto zero) e os investimentos realizados no desenvolvimento do projeto de transmissão foram financiados através de 100% de capital próprio, até 31 de dezembro de 2017.

#### **b) estrutura de capital**

Até 31 de dezembro de 2018, a Companhia contava com 100% de capital próprio e 0% de capital de terceiros.

Até 31 de dezembro de 2017, a Companhia contava com 100% de capital próprio e 0% de capital de terceiros.

Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia contava com 100% de capital próprio e 0% de capital de terceiros.

#### **c) capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos**

Até 31 de dezembro de 2018, a Companhia possui compromissos financeiros com terceiros, sendo um total de R\$ 387.668 divididos entre debêntures e Empréstimos e financiamentos.

Até 31 de dezembro de 2017, a Companhia não possuía compromissos financeiros com terceiros por se encontrar em fase pré-operacional. Também em 31 de dezembro de 2016, a Companhia não possuía compromissos financeiros com terceiros por se encontrar em fase pré-operacional. Nesses períodos, a Companhia tem sido integralmente financiada por seu acionista através de aumentos de capital.

#### **d) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes**

Em 31 de dezembro 2018, a Companhia apresenta capital circulante líquido negativo no valor de R\$ 117.572.

Até 31 de dezembro de 2017, a Companhia não possuía capital de giro por se encontrar em fase pré-operacional. Os investimentos em ativos não circulantes realizados até o momento foram integralmente financiados com capital próprio.

Também em 31 de dezembro de 2016 a Companhia não possuía capital de giro por se encontrar em fase pré-operacional e os investimentos em ativos não circulantes realizados até 31 de dezembro de 2016 foram integralmente financiados com capital próprio.

**e) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez**

Até 31 de dezembro de 2017, a Companhia não possuía deficiência de liquidez por se encontrar em fase pré-operacional. Os investimentos em ativos não circulantes realizados até o momento foram integralmente financiados com capital próprio, porém a administração da Companhia estuda linhas de financiamento de médio e longo prazo (empréstimos-ponte) para financiamento da fase de construção dos projetos. Também em 31 de dezembro de 2016 a Companhia não possuía deficiência de liquidez por se encontrar em fase pré-operacional e os investimentos em ativos não circulantes realizados até 31 de dezembro de 2016 foram integralmente financiados com capital próprio.

**f) níveis de endividamento e características das dívidas descrevendo: (i) contratos de empréstimo e financiamento relevantes; (ii) outras relações de longo prazo com instituições financeiras; (iii) grau de subordinação entre as dívidas; e (iv) eventuais restrições impostas à Companhia, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprindo essas restrições:**

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia não possuía endividamento. Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia não possuía endividamento.

**g) limites dos financiamentos contratados e percentuais já utilizados**

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia não possuía endividamento.

Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia não possuía endividamento.

**h) alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras**

**Comparação dos resultados no período compreendido entre 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017**

Em milhares de R\$, exceto %

	<b>2018</b>	<b>% AV</b>	<b>2017</b>	<b>% AV</b>	<b>% AH</b>
<b>Receita operacional líquida</b>	<u>160.638</u>	100%	<u>22.451</u>	100%	716%

Custo de construção e da operação	<u>(106.984)</u>	-98%	<u>(21.965)</u>	-98%	-731%
Custo de construção	(106.952)	100%	(21.951)	-98%	487%
Custo de operação	(32)	0%	(14)	0%	229%
<b>Lucro bruto</b>	<u>53.654</u>	33%	<u>486</u>	<b>2%</b>	11040%
<b>Resultado antes do resultado financeiro líquido e impostos Imposto de renda e contribuição social</b>	<u>53.654</u>	0%	<u>486</u>	2%	0%
Despesas financeiras	<u>(171)</u>	0%	<u>(105)</u>	0%	163%
<b>Resultado financeiro, líquido</b>	<u>(171)</u>	0%	<u>(105)</u>	0%	163%
<b>Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social</b>	<u>53.483</u>	33%	<u>381</u>	2%	14038%
IRPJ e CSLL diferidos	<u>(19.763)</u>	-12%	<u>(148)</u>	-1%	13353%
<b>Provisões de impostos sobre o lucro</b>	<u>(19.763)</u>	-12%	<u>(148)</u>	-1%	13353%
<b>Lucro líquido do exercício</b>	<u><b>33.720</b></u>	21%	<u><b>233</b></u>	<b>1%</b>	14472%

### Receita operacional líquida

Com adoção do o CPC47/IFRS15 a partir de 1º de janeiro de 2018, a forma de reconhecer a receita de construção mudou, com isso, gerou uma grande variação, sendo R\$ 160.638 mil e R\$ 22.451 mil em 31 de dezembro de 2018 e 2017 respectivamente.

### Custo de construção

O Custo de construção e da operação da Companhia no exercício findo em 31 de dezembro de 2017 resultou em R\$ 21,9 milhões e em 31 de dezembro de 2018 R\$ 106 milhões. De acordo com os diretores da Companhia esse resultado refere-se principalmente aos custos com serviços de terceiros.

### IRPJ e CSLL diferidos

Com adoção do novo CPC e alavancagem da receita de construção, os tributos diferidos tiveram uma elevada variação saindo de R\$ 148 para 19.763 em 31 de dezembro de 2017 e 2018 respectivamente.

### Lucro líquido do exercício

A variação no lucro líquido do exercício se deu pela alavancagem da conta de receita de construção que impacta no lucro líquido, tendo apresentado em 31 de dezembro de 2017 R\$ 233 e em 31 de dezembro de 2018 o saldo de R\$ 33.720.

**Comparação dos resultados no período compreendido entre 17 de novembro de 2016 (data de constituição) e 31 de dezembro de 2017**

Em milhares de R\$, exceto %	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de				
	2017	%AV	2016	%AV	%AH
<b>Receita operacional líquida</b>	22.451	100%	-	0%	100%
Custo de construção e da operação	(21.965)	-98%	-	0%	100%
Custo de construção	(21.951)	-98%	-	0%	100%
Custo de operação	(14)	0%	-	0%	100%
<b>Lucro bruto</b>	486	2%	-	0%	100%
<b>Resultado antes do resultado financeiro líquido e impostos Imposto de renda e contribuição social</b>	486	2%	-	0%	100%
Despesas financeiras	(105)	0%	-	0%	100%
<b>Resultado financeiro, líquido</b>	(105)	0%	-	0%	100%
<b>Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social</b>	381	2%	-	0%	100%
IRPJ e CSLL diferidos	(148)	-1%	-	0%	100%
<b>Provisões de impostos sobre o lucro</b>	(148)	-1%	-	0%	100%
<b>Lucro líquido do período</b>	<b>233</b>	1%	-	0%	100%

**Receita operacional líquida**

No exercício findo em 31 de dezembro de 2017 a Companhia obteve receita operacional líquida de R\$ 22,4 milhões. Os Diretores da Companhia entendem que esse resultado refere-se aos serviços de construção das instalações de transmissão de energia elétrica que são reconhecidos conforme o estágio de conclusão das obras e calculados, acrescendo-se as alíquotas de PIS e COFINS ao valor

do investimento na aquisição de bens ou serviços para as obras de infraestrutura não habilitadas ao REIDI, a Companhia considera margem de 0 (zero) na receita de construção da infraestrutura.

A receita operacional líquida também é composta pela atualização do ativo financeiro no montante de R\$ 500 mil, cuja receita corresponde à remuneração pela taxa de desconto, que refere-se à taxa interna de retorno do projeto, do fluxo incondicional de recursos estabelecido pelo poder concedente através da receita anual permitida (RAP).

### Custo de construção e da operação

O Custo de construção e da operação da Companhia no exercício findo em 31 de dezembro de 2017 resultou em R\$ 21,9 milhões. De acordo com os diretores da Companhia esse resultado refere-se principalmente aos custos com serviços de terceiros.

### Resultado financeiro, líquido

Os diretores da companhia entendem que o resultado financeiro apresenta despesa no montante de R\$ 105 mil, correspondente a encargos financeiros.

### Lucro líquido do exercício

O lucro líquido da Companhia no exercício findo em 31 de dezembro de 2017 foi de R\$ 233 milhões. Esse resultado refere-se principalmente à receita decorrente da atualização do ativo financeiro da concessão.

## ***BALANÇOS PATRIMONIAIS***

Em milhares de R\$, exceto %	Em 31 de dezembro de 2018	% AV	Em 31 de dezembro de 2017	% AV	% AH
<b>Ativo</b>					
<b>Circulante</b>					
Caixa e equivalentes de caixa	626	0%	3	0%	20767%
Aplicação financeira	311.529	53%	3.441	9%	100%
Impostos e contribuições a recuperar	24	0%			
Impostos e contribuições sobre o lucro a recuperar	2.326	0%	9	0%	100%
Outros ativos	645	0%	63	0%	100%
	<b>315.150</b>	<b>54%</b>	<b>3.516</b>	9%	8863%
<b>Não circulante</b>					
Impostos e contribuições a recuperar	1.686	0%	-	0%	100%
Depósitos judiciais	1.964	0%	-	0%	100%
Ativo financeiro da concessão	-	0%	24.688	62%	100%
Ativo de contratos	211.684	36%	-	0%	100%
Outros ativos	184	0%	247	1%	100%
Adiantamentos a fornecedores	53.308	9%	10.596	27%	100%
Intangível	661	0%	691	2%	100%
	<b>269.487</b>	<b>46%</b>	<b>36.222</b>	<b>91%</b>	<b>100%</b>
<b>Total do ativo</b>	<b>584.637</b>	<b>100%</b>	<b>39.738</b>	<b>100%</b>	<b>1371%</b>



**Passivo e patrimônio líquido****Circulante**

Fornecedores	39.413	7%	1.368	3%	100%
Empréstimos e financiamentos	195.842	33%	-	0%	
Debêntures	191.826	33%	-	0%	
Impostos a recolher	3.858	1%	760	2%	100%
Imposto de renda e contribuição social a recolher	14	0%	19	0%	100%
Partes relacionadas	1.576	0%	-	0%	
Outros passivos	193	0%	47	0%	100%
	<u>432.722</u>	<u>74%</u>	<u>2.194</u>	<u>6%</u>	<u>100%</u>

**Não circulante**

Impostos a recolher diferidos	19.581	3%	2.237	6%	100%
Imposto de renda e contribuições social diferidos	22.851	4%	148	0%	100%
	<u>42.432</u>	<u>7%</u>	<u>2.385</u>	<u>6%</u>	<u>100%</u>

**Patrimônio líquido**

Capital social	69.455	12%	34.926	88%	99%
Reserva lucros	40.028	7%	233	1%	100%
	<u>109.483</u>	<u>18,7%</u>	<u>35.159</u>	<u>88%</u>	<u>211,4%</u>

**Total do passivo e patrimônio líquido** 584.637 **100%** 39.738 **100%** **1371%**

***Ativo circulante***

O ativo circulante atingiu saldo no montante de R\$ 3,5 milhões em 31 de dezembro de 2017 e R\$ 315 milhões em 31 de dezembro de 2018. Os diretores da Companhia entendem que este resultado é decorrente principalmente do seguinte fatores:

***Aplicação financeira***

Em 31 de dezembro de 2017, o saldo de R\$ 3,4 milhões e em 31 de dezembro de 2018 R\$ 311 milhões refere-se a aplicações financeiras identificadas pela administração como não destinadas ao atendimento de atividades operacionais, mas comprometidas com a operação de construção da infraestrutura para prestação do serviço de transmissão de energia elétrica.

***Impostos e contribuições sobre o lucro a recuperar***

Em 31 de dezembro de 2017, o saldo de R\$ 9 mil e em 31 de dezembro de 2018 R\$ 2.326 está ligado diretamente com o valor da aplicação financeira que teve um aumento significativo com relação a construção.

***Ativo não circulante***

O Ativo não circulante atingiu um saldo no montante de R\$ 36,2 milhões e em 31 de dezembro de 2017 e em 31 de dezembro de 2018 o saldo R\$ 269 milhões . Os diretores da Companhia entendem que este resultado é decorrente principalmente dos seguintes fatores:

Ativo financeiro da concessão

Com adoção do o CPC47/IFRS15 a partir de 1º de janeiro de 2018, mensurando os ativos da concessão como ativo de contrato, não temos valores apresentados na linha de ativo financeiro da concessão.

Ativo de contratos

Conforme informado na demonstração financeira na nota explicativa 4.1 a Companhia adotou o CPC47/IFRS15 a partir de 1º de janeiro de 2018, mensurando os ativos da concessão como ativo de contrato, por isso não temos o saldo em 2017, pois entrou em vigor em 2018 ficando com o saldo em 31 de dezembro de 2018 R\$ 211 milhões.

### ***Passivo circulante***

O passivo circulante atingiu saldo no montante de R\$ 2,3 milhões em 31 de dezembro de 2017 e em 31 de dezembro de 2018 R\$ 432. Os diretores da Companhia entendem que este saldo é composto principalmente por formadores, que se refere a aquisição de empréstimos e financiamentos.

### ***Passivo não circulante***

O passivo não circulante possui saldo de R\$ 2,4 milhões em 31 de dezembro de 2017 e em dezembro de 2018 R\$ 42 milhões. Os diretores da Companhia entendem que este saldo é decorrente principalmente pelo diferimento do PIS e COFINS sobre receita de construção e reconhecimento de imposto de renda e contribuição social diferido sobre diferenças temporárias, principalmente, decorrente da adoção do novo CPC.

### ***Patrimônio líquido***

Em 31 de dezembro de 2017, o patrimônio líquido da Companhia é de R\$35,1 milhões e em 31 de dezembro de 2018 R\$ 109 milhões. Os diretores da Companhia entendem que esse saldo é resultante da integralização do capital e referente ao lucro do exercício.

## ***BALANÇOS PATRIMONIAIS***

Em milhares de R\$, exceto %	<u>Em 31 de dezembr o de 2017</u>	<u>% AV</u>	<u>Em 31 de dezembr o de 2016</u>	<u>% AV</u>	<u>% AH</u>
<b>Ativo</b>					
<b>Circulante</b>					
Caixa e equivalentes de caixa	3	0%	1	100%	200%
Aplicação financeira	3.441	9%	-	0%	100%
Impostos e contribuições sobre o lucro a recuperar	9	0%	-	0%	100%

Outros ativos	63	0%	-	0%	100%
	<b>3.516</b>	<b>9%</b>	<b>1</b>	<b>100%</b>	<b>351500%</b>
<b>Não circulante</b>					
Outros ativos	247	1%	-	0%	100%
Ativo financeiro da concessão	24.688	62%	-	0%	100%
Adiantamentos a fornecedores	10.596	27%	-	0%	100%
Intangível	691	2%	-	0%	100%
	<b>36.222</b>	<b>91%</b>	<b>-</b>	<b>0%</b>	<b>100%</b>
<b>Total do ativo</b>	<b>39.738</b>	<b>100%</b>	<b>1</b>	<b>100%</b>	<b>3973700%</b>
<b>Passivo e patrimônio líquido</b>					
<b>Circulante</b>					
Fornecedores	1.368	3%	-	0%	100%
Impostos a recolher	760	2%	-	0%	100%
Imposto de renda e contribuição social a recolher	19	0%	-	0%	100%
Outros passivos	47	0%	-	0%	100%
	<b>2.194</b>	<b>6%</b>	<b>-</b>	<b>0%</b>	<b>100%</b>
<b>Não circulante</b>					
Impostos a recolher diferidos	2.237	6%	-	0%	100%
Imposto de renda e contribuições social diferidos	148	0%	-	0%	100%
	<b>2.385</b>	<b>6%</b>	<b>-</b>	<b>0%</b>	<b>100%</b>
<b>Patrimônio líquido</b>					
Capital social	34.926	88%	1	100%	3492500%
Reserva lucros	233	1%	-	0%	100%
	<b>35.159</b>	<b>88,5%</b>	<b>1</b>	<b>100%</b>	<b>3515800,0%</b>
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>	<b>39.738</b>	<b>100%</b>	<b>1</b>	<b>100%</b>	<b>3973700%</b>

### ***Ativo circulante***

O ativo circulante atingiu saldo no montante de R\$ 3,5 milhões em 31 de dezembro de 2017 e R\$ 1 mil em 31 de dezembro de 2016. Os diretores da Companhia entendem que este resultado é decorrente principalmente do seguinte fator:

#### ***Aplicação financeira***

Em 31 de dezembro de 2017, o saldo de R\$ 3,4 milhões refere-se a aplicações financeiras identificadas pela administração como não destinadas ao atendimento de atividades operacionais, mas comprometidas com a operação de construção da infraestrutura para prestação do serviço de transmissão de energia elétrica.

### ***Ativo não circulante***

O Ativo não circulante atingiu um saldo no montante de R\$ 36,2 milhões em 31 de dezembro de 2017. Os diretores da Companhia entendem que este resultado é decorrente principalmente dos seguintes fatores:

#### Ativo financeiro da concessão

Em 31 de dezembro de 2017, o saldo de R\$ 24,7 milhões representa a infraestrutura em construção concedido no contrato da concessão do serviço público de transmissão de energia elétrica que corresponde ao direito de receber caixa por meio da indenização dos bens reversíveis no final do prazo da concessão, a ser recebida diretamente do poder concedente ou para quem ele delegar essa tarefa.

#### Adiantamento a fornecedores

Em 31 de dezembro de 2017, o saldo de R\$ 10,6 milhões refere-se a adiantamentos a fornecedores para construção de instalações de transmissão, os quais serão revertidos ao poder concedente ao final do prazo de concessão.

#### ***Passivo circulante***

O passivo circulante atingiu saldo no montante de R\$ 2,1 milhões em 31 de dezembro de 2017. Os diretores da Companhia entendem que este saldo é composto principalmente por formadores, que se refere a serviços contratados para construção de instalações de transmissão.

#### ***Passivo não circulante***

O passivo não circulante possui saldo de R\$ 2,4 milhões em 31 de dezembro de 2017. Os diretores da Companhia entendem que este saldo é decorrente principalmente pelo diferimento do PIS e COFINS sobre receita de construção e reconhecimento de imposto de renda e contribuição social diferido sobre diferenças temporárias, principalmente, decorrente da atualização do ativo financeiro.

#### ***Patrimônio líquido***

Em 31 de dezembro de 2017, o patrimônio líquido da Companhia é de R\$35,1 milhões. Os diretores da Companhia entendem que esse saldo é resultante da integralização do capital de R\$34,9 milhões (R\$ 1 mil, integralizado no período compreendido entre 17 de novembro de 2016 (data da constituição) e 31 de dezembro de 2016) e R\$ 233 mil referente ao lucro do período.

## **10.2. Resultados das operações da Companhia**

As informações a seguir apresentadas foram avaliadas e comentadas pelos Diretores da Companhia:

**a) Resultados das operações da Companhia, em especial: (i) descrição de quaisquer componentes importantes da receita e (ii) fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais**

Apesar da Companhia não ter entrado em operação comercial até 31 de dezembro de 2018, devido às regras contábeis aplicáveis no Brasil, houve reconhecimento de Receita de Construção e Receita ativos de contratos. Em ambos os casos, não há contrapartida financeira nem econômica para a Companhia, configurando uma receita meramente contábil.

Apesar da Companhia não ter entrado em operação comercial até 31 de dezembro de 2017, devido às regras contábeis aplicáveis no Brasil, houve reconhecimento de Receita de Construção e Receita de atualização sobre o ativo financeiro da concessão. Em ambos os casos, não há contrapartida financeira nem econômica para a Companhia, configurando uma receita meramente contábil.

Em 31 de dezembro de 2016 houve reconhecimento de Receita de Construção, sem contrapartida financeira nem econômica para a Companhia, configurando uma receita meramente contábil.

**b) Variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços**

Conforme o anexo 24 da Instrução CVM 480, o preenchimento deste item é facultativo para as companhias abertas categoria “b”.

**c) Impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro da Companhia, quando relevante**

Conforme o anexo 24 da Instrução CVM 480, o preenchimento deste item é facultativo para as companhias abertas categoria “b”.

### **10.3. Eventos relevantes e impactos nas demonstrações financeiras e resultados da Companhia:**

#### **a) introdução ou alienação de segmento operacional**

Não se aplica, uma vez que não houve introdução ou alienação de segmento operacional da Companhia e, portanto, os Diretores da Companhia não esperam efeitos relevantes nas demonstrações financeiras da Companhia no exercício de 31 de dezembro de 2018.

Não se aplica, uma vez que não houve introdução ou alienação de segmento operacional da Companhia e, portanto, os Diretores da Companhia não esperam efeitos relevantes nas demonstrações financeiras da Companhia no exercício de 31 de dezembro de 2017.

#### **b) constituição, aquisição ou alienação de participação societária**

A Superintendência de Fiscalização Econômica e Financeira da Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”), por meio do despacho nº 3.592, de 26 de outubro de 2017, anuiu a transferência de controle acionário direto da Companhia que, em 1 de fevereiro de 2018, conforme registrado em ata da assembleia geral extraordinária, passou a ser controlada diretamente pela empresa Equatorial Transmissão S.A., subsidiária integral da Equatorial Energia S.A.

#### **c) eventos ou operações não usuais**

Não se aplica, uma vez que não houve eventos ou operações não usuais na Companhia e, portanto, os Diretores da Companhia não esperam efeitos relevantes nas demonstrações financeiras da Companhia no exercício de 31 de dezembro de 2018.

Não se aplica, uma vez que não houve eventos ou operações não usuais na Companhia e, portanto, os Diretores da Companhia não esperam efeitos relevantes nas demonstrações financeiras da Companhia no exercício de 31 de dezembro de 2017.

#### **10.4. Práticas contábeis**

As informações a seguir apresentadas foram avaliadas e comentadas pelos Diretores da Companhia:

##### **a) mudanças significativas nas práticas contábeis**

A Companhia aplicou inicialmente o CPC 47/IFRS 15 e CPC 48/IFRS 9 a partir de 1º de janeiro de 2018. Uma série de outras novas normas também entrou em vigor a partir de 1º de janeiro de 2018, mas não afetaram materialmente as demonstrações financeiras da Companhia.

Não houve alteração nas políticas contábeis adotadas pela Companhia no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2017 e no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2016.

##### **b) efeitos significativos das alterações em práticas contábeis**

O CPC 47/IFRS 15 estabelece uma estrutura abrangente para determinar se e quando uma receita é reconhecida e por quanto a receita é mensurada. Ele substituiu o CPC 30/IAS 18 - Receitas, o CPC 17/IAS 11- Contratos de Construção e interpretações relacionadas. De acordo com o CPC 47/IFRS 15, a receita é reconhecida quando o cliente obtém o controle dos bens ou serviços. Determinar o momento da transferência de controle - em um momento específico no tempo ou ao longo do tempo - requer julgamento.

Não houve efeito significativo nas políticas contábeis adotadas pela Companhia no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2017 e no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2016.

##### **c) ressalvas e ênfases presentes no relatório do auditor**

Ênfase referente ao parecer dos auditores independentes às demonstrações financeiras para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017:

Contrato de concessão

“Chamamos a atenção para nota explicativa 2 às demonstrações financeiras que descreve que em 10 de fevereiro de 2017 a União e a Companhia celebraram o Contrato de Concessão do Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica por um prazo de 30 anos, com vencimento em 9 de fevereiro de 2047. De acordo com o compromisso assumido, espera-se que a Companhia faça um investimento de R\$ 462.000 mil e inicie as operações até 9 de fevereiro de 2022. A Companhia dependerá de aportes de capital de seu acionista até o momento em que ela passe a gerar recursos em suas operações. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.”

A opinião do Auditor Independente não contém ressalva sobre item acima. A controladora possui um planejamento de *funding* estruturado para suportar todo o CAPEX necessário para as instalações e, que serão compensados com a entrada das RAP's assim que for iniciado a operação da

Companhia. Atualmente já existe captação com instituição financeira garantida com o Aval da controladoria para os exercícios de 2018 e 2019.

Ênfase referente ao parecer dos auditores independentes às demonstrações financeiras para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016:

**“Ênfase - Contrato de concessão**

Chamamos a atenção para nota explicativa 9 às demonstrações financeiras que descreve que, em 10 de fevereiro de 2017, a União e a Companhia celebraram o Contrato de Concessão do Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica por um prazo de 30 anos, com vencimento em 9 de fevereiro de 2047. De acordo com o compromisso assumido, espera-se que a Companhia faça um investimento de R\$ 462.000 mil e inicie as operações até 9 de fevereiro de 2022. A Companhia dependerá de aportes de capital de seu acionista até o momento em que ela passe a gerar recursos em suas operações. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

**Ênfase - Reapresentação das demonstrações financeiras**

Em 22 de novembro de 2017, emitimos relatório de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Equatorial Transmissora 7 SPE S.A. relativas ao período compreendido entre 17 de novembro de 2016 (data de constituição) e 31 de dezembro de 2016, e, em 29 de dezembro de 2017, reemitimos o referido relatório de auditoria, ambos sem modificação, para considerar a inclusão do balanço patrimonial e das demonstrações financeiras do resultado, do resultado abrangente, dos fluxos de caixa e do valor adicionado (informação suplementar para fins de IFRS), que ora estão sendo reapresentadas. Conforme descrito na nota explicativa nº 2.1, essas demonstrações financeiras foram alteradas e estão sendo reapresentadas para considerar a retificação, ocorrida em 23 de janeiro de 2018, da ata da Assembleia Geral de Constituição, realizada em 17 de novembro de 2016, indicando que, naquele ato, o capital social subscrito foi parcialmente integralizado no valor de R\$ 1 mil, e para considerar os eventos ocorridos entre a data original de aprovação das demonstrações financeiras e a data de reaprovação para emissão dessas demonstrações financeiras. Consequentemente, nossa opinião considera essas alterações e substitui as opiniões anteriormente emitidas. Nossa opinião não está ressalvada em relação esse assunto. ”

A opinião do Auditor Independente não contém ressalva sobre OS ITENS acima.

Quanto aos investimentos a controladora possui um planejamento de *funding* estruturado para suportar todo o CAPEX necessário para as instalações e, que serão compensados com a entrada das RAP's assim que for iniciada a operação da Companhia. Atualmente já existe captação com instituição financeira garantida com o Aval da controladoria para os exercícios de 2018 e 2019.

Quanto à reapresentação das demonstrações financeiras, a opinião do auditor independente não contém ressalva sobre este item, no dia 23 de janeiro de 2018 a assembleia geral extraordinária de acionistas da Companhia. retificou a assembleia de constituição da companhia, realizada em 17 de novembro de 2016, para indicar que naquele ato o capital social, no valor de R\$ 10.000,00, foi parcialmente integralizado, no montante de R\$ 1.000,00.



**10.5. Políticas contábeis críticas da Companhia (inclusive estimativas contábeis feitas pela administração sobre questões incertas e relevantes para a descrição da situação financeira e dos resultados, que exijam julgamentos subjetivos ou complexos, tais como: provisões, contingências, reconhecimento da receita, créditos fiscais, ativos de longa duração, vida útil de ativos não-circulantes, planos de pensão, ajustes de conversão em moeda estrangeira, custos de recuperação ambiental, critérios para teste de recuperação de ativos e instrumentos financeiros):**

Conforme o anexo 24 da Instrução CVM 480, o preenchimento deste item é facultativo para companhias abertas categoria “b”.

#### **10.6. Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia:**

As informações a seguir apresentadas foram avaliadas e comentadas pelos Diretores da Companhia:

##### **a) os ativos e passivos detidos pela Companhia, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (*off-balance sheet items*):**

Os Diretores da Companhia entendem que não há ativos e passivos detidos pela Companhia, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (*off-balance sheet items*) que não estejam refletidos nesse formulário e nas demonstrações financeiras e suas notas explicativas, do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 e do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017.

Os Diretores da Companhia entendem que não há ativos e passivos detidos pela Companhia, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (*off-balance sheet items*) que não estejam refletidos nesse formulário e nas demonstrações financeiras e suas notas explicativas, do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017 e do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016.

##### **b) outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras**

Os Diretores da Companhia entendem que não existem outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras e suas notas explicativas, do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 e do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017.

Os Diretores da Companhia entendem que não existem outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras e suas notas explicativas, do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017 e do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016.

**10.7. Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 10.6:**

As informações a seguir apresentadas foram avaliadas e comentadas pelos Diretores da Companhia:

**a) como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras da Companhia**

Conforme mencionado no item 10.6 acima, não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras.

**b) natureza e o propósito da operação**

Conforme mencionado no item 10.6 acima, não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras.

**c) natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação**

Conforme mencionado no item 10.6 acima, não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras.

**10.8. Principais elementos do plano de negócios da Companhia:**

As informações a seguir apresentadas foram avaliadas e comentadas pelos Diretores da Companhia:

**a) investimentos, incluindo:(i) descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos, (ii) fontes de financiamento dos investimentos, (iii) desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos**

Conforme Nota Técnica nº25/2016 - SEL-SCT/ANEEL de 29 de julho de 2016 o valor total do investimento estimado para implantação da linha de transmissão é de R\$ 426.985 mil e seu prazo para entrada em operação comercial é de 60 meses a partir da assinatura do Contrato de Concessão. De acordo com as diretrizes estabelecidas por sua administração, a Companhia está avaliando diversas oportunidades de financiamento, inclusive mediante a emissão de títulos e valores mobiliários, para viabilizar tal investimento.

A Companhia não possui desinvestimentos relevantes em andamento.

**b) aquisições já divulgadas de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que podem influenciar materialmente a capacidade produtiva da Companhia.**

A Companhia encontra-se em fase pré-operacional, não tendo ainda efetuado aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que possam influenciar materialmente a sua capacidade produtiva.

**c) novos produtos e serviços, indicando: (i) descrição das pesquisas em andamento já divulgadas; (ii) montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços; (iii) projetos em desenvolvimento já divulgados; (iv) montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços.**

Não há novos produtos e serviços em desenvolvimento.

**10.9. Outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção**

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes com relação a esta Seção 10 do Formulário de Referência.

**ANEXO II**  
**ANEXO 9-1-II (Instrução CVM 481/09)**  
**Destinação do Lucro Líquido**

(Valores apresentados em R\$ mil, exceto quando indicado em contrário)

1. Informar o lucro líquido do exercício

R. R\$ 33.720

2. Informar o montante global e o valor por ação dos dividendos, incluindo dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados

Não aplicável

3. Informar o percentual do lucro líquido do exercício distribuído

Não aplicável

4. Informar o montante global e o valor por ação de dividendos distribuídos com base em lucro de exercícios anteriores

Não aplicável

5. Informar, deduzidos os dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados:

a. O valor bruto de dividendo e juros sobre capital próprio, de forma segregada, por ação de cada espécie e classe.

Não aplicável

b. A forma e o prazo de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio

Não aplicável

c. Eventual incidência de atualização e juros sobre os dividendos e juros sobre capital próprio

Não aplicável

d. Data da declaração de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio considerada para identificação dos acionistas que terão direito ao seu recebimento

Não aplicável

6. Caso tenha havido declaração de dividendos ou juros sobre capital próprio com base em lucros apurados em balanços semestrais ou em períodos menores

Não aplicável

- a. Informar o montante dos dividendos ou juros sobre capital próprio já declarados
- b. Informar a data dos respectivos pagamentos

7. Fornecer tabela comparativa indicando os seguintes valores por ação de cada espécie e classe:

- a. Lucro líquido do exercício e dos 3 (três) exercícios anteriores

	<b>2018</b>	<b>2017</b>	<b>2016</b>
Lucro do Exercício	33.720	233	N/A
Lucro por ação (R\$)	0,485	0,007	N/A
Quantidade média ponderada de ações	69.455	34.926	N/A

- b. Dividendo e juro sobre capital próprio distribuído nos 3 (três) exercícios anteriores

Não aplicável

8. Havendo destinação de lucros à reserva legal

- a. Identificar o montante destinado à reserva legal

R. R\$ 1.686

- b. Detalhar a forma de cálculo da reserva legal

R. 5% sobre o lucro líquido do exercício.

9. Caso a companhia possua ações preferenciais com direito a dividendos fixos ou mínimos

- a. Descrever a forma de cálculos dos dividendos fixos ou mínimos

Não aplicável.

- b. Informar se o lucro do exercício é suficiente para o pagamento integral dos dividendos fixos ou mínimos

Não aplicável.

- c. Identificar se eventual parcela não paga é cumulativa

Não aplicável.

- d. Identificar o valor global dos dividendos fixos ou mínimos a serem pagos a cada classe de ações preferenciais

Não aplicável.

- e. Identificar os dividendos fixos ou mínimos a serem pagos por ação preferencial de cada classe

Não aplicável.

#### 10. Em relação ao dividendo obrigatório

- a. Descrever a forma de cálculo prevista no estatuto

Não aplicável.

- b. Informar se ele está sendo pago integralmente

Não aplicável.

- c. Informar o montante eventualmente retido

Não aplicável.

#### 11. Havendo retenção do dividendo obrigatório devido à situação financeira da companhia

Não aplicável.

- a. Informar o montante da retenção

- b. Descrever, pormenorizadamente, a situação financeira da companhia, abordando, inclusive, aspectos relacionados à análise de liquidez, ao capital de giro e fluxos de caixa positivos

- c. Justificar a retenção dos dividendos

#### 12. Havendo destinação de resultado para reserva de contingências



Não aplicável.

- a. Identificar o montante destinado à reserva
- b. Identificar a perda considerada provável e sua causa
- c. Explicar porque a perda foi considerada provável
- d. Justificar a constituição da reserva

13. Havendo destinação de resultado para reserva de lucros a realizar

- a. Informar o montante destinado à reserva de lucros a realizar

R\$ 32.034

- b. Informar a natureza dos lucros não-realizados que deram origem à reserva

Os resultados registrados no período foram originados pela adoção do IFRIC 15, ocasionando lucro numa companhia em estágio pré-operacional e sem qualquer geração operacional de caixa.

14. Havendo destinação de resultado para reservas estatutárias

- a. Descrever as cláusulas estatutárias que estabelecem a reserva

Não aplicável

- b. Identificar o montante destinado à reserva

Não aplicável

- c. Descrever como o montante foi calculado

Não aplicável

15. Havendo retenção de lucros prevista em orçamento de capital

Não aplicável.

- a. Identificar o montante da retenção
- b. Fornecer cópia do orçamento de capital

16. Havendo destinação de resultado para a reserva de incentivos fiscais

a. Informar o montante destinado à reserva

Não aplicável

b. Explicar a natureza da destinação

Não aplicável

**ANEXO III**  
**Remuneração dos Administradores**  
**Item 13 – Formulário de Referência (Instrução CVM 480/09)**

**13.1. Política e prática de remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e não estatutária, do conselho fiscal, dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração:**

Conforme o anexo 24 da Instrução CVM 480, o preenchimento deste item é facultativo para as companhias abertas categoria “b”.

**13.2. Em relação à remuneração reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e a prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal:**

Em relação ao exercício social encerrados em 31 de dezembro de 2016, não foi realizado pagamento aos membros da diretoria estatutária da Companhia a título de remuneração relativa à atuação como membro da diretoria estatutária da Companhia. No exercício de 2016, a Companhia não tinha Conselho Fiscal instalado.

Em relação ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2017, não foram realizados pagamentos aos membros da diretoria estatutária e do conselho de administração da Companhia a título de remuneração relativa à atuação como membro do conselho de administração ou da diretoria estatutária da Companhia. A Companhia não tinha Conselho Fiscal instalado no exercício de 2017.

Em relação ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018, não foram realizados pagamentos aos membros da diretoria estatutária e do conselho de administração da Companhia a título de remuneração relativa à atuação como membro do conselho de administração ou da diretoria estatutária da Companhia. A Companhia não tinha Conselho Fiscal instalado no exercício de 2018.

A previsão para o exercício de 2019 é a de que não haja pagamentos aos membros do conselho de administração e diretoria estatutária a título de remuneração relativa à atuação como membro da diretoria estatutária ou do conselho de administração da Companhia.

<b>Remuneração total do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal Exercício 2016</b>			
	<b>Conselho de Administração</b>	<b>Diretoria Estatutária</b>	<b>Total</b>
<b>Número total de membros</b>	0,00	4,00	4,00
<b>Número de membros remunerados</b>	0	0	0
<b>Remuneração Fixa Anual</b>			
Salário Base ("Fixo")	-	-	-
Benefícios Diretos e Indiretos	-	-	-
Remuneração por Comitês	-	-	-

Outros (d.i)	-	-	-
<b>Remuneração Variável Anual</b>			
Bônus (“Remuneração Variável”)	-	-	-
Participação em Resultados	-	-	-
Remuneração por participação em Reuniões	-	-	-
Comissões	-	-	-
Outros (d.ii)	-	-	-
<b>Benefícios pós-emprego</b>	-	-	-
<b>Benefícios cessação do exercício do cargo</b>	-	-	-
<b>Remuneração baseada em ações</b>	-	-	-
Total	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>

<b>Remuneração total do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal Exercício 2017</b>			
	<b>Conselho de Administração</b>	<b>Diretoria Estatutária</b>	<b>Total</b>
<b>Número total de membros</b>	2,33	4,66	6,99
<b>Número de membros remunerados</b>	0	0	0
<b>Remuneração Fixa Anual</b>			
Salário Base (“Fixo”)	-	-	-
Benefícios Diretos e Indiretos	-	-	-
Remuneração por Comitês	-	-	-
Outros (d.i)	-	-	-
<b>Remuneração Variável Anual</b>			
Bônus (“Remuneração Variável”)	-	-	-
Participação em Resultados	-	-	-
Remuneração por participação em Reuniões	-	-	-
Comissões	-	-	-
Outros (d.ii)	-	-	-
<b>Benefícios pós-emprego</b>	-	-	-
<b>Benefícios cessação do exercício do cargo</b>	-	-	-
<b>Remuneração baseada em ações</b>	-	-	-

Total	0	0	0
-------	---	---	---

<b>Remuneração total do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal Exercício 2018</b>			
	<b>Conselho de Administração</b>	<b>Diretoria Estatutária</b>	<b>Total</b>
<b>Número total de membros</b>	7,00	6,00	13,00
<b>Número de membros remunerados</b>	0	0	0
<b>Remuneração Fixa Anual</b>			
Salário Base (“Fixo”)	-	-	-
Benefícios Diretos e Indiretos	-	-	-
Remuneração por Comitês	-	-	-
Outros (d.i)	-	-	-
<b>Remuneração Variável Anual</b>			
Bônus (“Remuneração Variável”)	-	-	-
Participação em Resultados	-	-	-
Remuneração por participação em Reuniões	-	-	-
Comissões	-	-	-
Outros (d.ii)	-	-	-
<b>Benefícios pós-emprego</b>	-	-	-
<b>Benefícios cessação do exercício do cargo</b>	-	-	-
<b>Remuneração baseada em ações</b>	-	-	-
Total	0	0	0

<b>Remuneração total do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal Exercício 2019 (Previsão)</b>			
	<b>Conselho de Administração</b>	<b>Diretoria Estatutária</b>	<b>Total</b>

<b>Número total de membros</b>	7,00	6,00	13,00
<b>Número de membros remunerados</b>	0	0	0
<b>Remuneração Fixa Anual</b>			
Salário Base (“Fixo”)	-	-	-
Benefícios Diretos e Indiretos	-	-	-
Remuneração por Comitês	-	-	-
Outros (d.i)	-	-	-
<b>Remuneração Variável Anual</b>			
Bônus (“Remuneração Variável”)	-	-	-
Participação em Resultados	-	-	-
Remuneração por participação em Reuniões	-	-	-
Comissões	-	-	-
Outros (d.ii)	-	-	-
<b>Benefícios pós-emprego</b>	-	-	-
<b>Benefícios cessação do exercício do cargo</b>	-	-	-
<b>Remuneração baseada em ações</b>	-	-	-
<b>Total</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>

**13.3. Em relação à remuneração variável dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal:**

Conforme o anexo 24 da Instrução CVM 480, o preenchimento deste item é facultativo para as companhias abertas categoria “b”.



**13.4. Em relação ao plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, em vigor no último exercício social e previsto para o exercício social corrente:**

Conforme o anexo 24 da Instrução CVM 480, o preenchimento deste item é facultativo para as companhias abertas categoria “b”.

**13.5. Em relação à remuneração baseada em ações reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária:**

Conforme o anexo 24 da Instrução CVM 480, o preenchimento deste item é facultativo para as companhias abertas categoria “b”.

**13.6. Em relação às opções em aberto do conselho de administração e da diretoria estatutária ao final do último exercício social, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:**

Conforme o anexo 24 da Instrução CVM 480, o preenchimento deste item é facultativo para as companhias abertas categoria “b”.

**13.7. Em relação às opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, nos 3 últimos exercícios sociais, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:**

Conforme o anexo 24 da Instrução CVM 480, o preenchimento deste item é facultativo para as companhias abertas categoria “b”.

**13.8. Informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.5 a 13.7 (inclusive método de precificação do valor das ações e das opções):**

Conforme o anexo 24 da Instrução CVM 480, o preenchimento deste item é facultativo para as companhias abertas categoria “b”.

**13.9. Quantidade de ações ou quotas direta ou indiretamente detidas, no Brasil ou no exterior, e outros valores mobiliários conversíveis em ações ou quotas, emitidos pela Companhia, seus controladores diretos ou indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum, por membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão:**

Conforme o anexo 24 da Instrução CVM 480, o preenchimento deste item é facultativo para as companhias abertas categoria “b”.

**13.10. Em relação aos planos de previdência em vigor conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários, fornecer as seguintes informações em forma de tabela:**

Conforme o anexo 24 da Instrução CVM 480, o preenchimento deste item é facultativo para as companhias abertas categoria “b”.

**13.11. Em forma de tabela, indicar, para os 3 últimos exercícios sociais, em relação ao conselho de administração, diretoria estatutária, e ao conselho fiscal:**

**Justificativa para o não preenchimento do quadro:**

Conforme o anexo 24 da Instrução CVM 480, o preenchimento deste item é facultativo para as companhias abertas categoria “b”.





**13.12. Arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria (inclusive consequências financeiras para a Companhia):**

Conforme o anexo 24 da Instrução CVM 480, o preenchimento deste item é facultativo para as companhias abertas categoria “b”.



13.13. Percentual da remuneração total de cada órgão reconhecida no resultado da Companhia referente a membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos, conforme definido pelas regras contábeis que tratam desse assunto:

<b>Órgão</b>	<b>2016</b>	<b>2017</b>	<b>2018</b>
<b>Diretoria Estatutária</b>	Não aplicável, uma vez que não foi paga remuneração aos diretores.	Não aplicável, pois não foi paga remuneração no exercício de 2017.	Não aplicável, pois não foi paga remuneração no exercício de 2018.
<b>Conselho de Administração</b>	Não aplicável, uma vez que a Companhia não tinha conselho de administração no exercício de 2016.	Não aplicável, pois não foi paga remuneração no exercício de 2017.	Não aplicável, pois não foi paga remuneração no exercício de 2018.
<b>Conselho Fiscal</b>	Não aplicável, uma vez que o conselho fiscal não foi instalado no exercício de 2016.	Não aplicável, pois no exercício de 2017 a Companhia não tinha Conselho Fiscal instalado.	Não aplicável, pois no exercício de 2018 a Companhia não tinha Conselho Fiscal instalado.



**13.14. Valores reconhecidos no resultado do emissor como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, por qualquer razão que não a função que ocupam, como por exemplo, comissões e serviços de consultoria ou assessoria prestados:**

Conforme o anexo 24 da Instrução CVM 480, o preenchimento deste item é facultativo para as companhias abertas categoria “b”.



13.15. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar os valores reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor, como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal do emissor, agrupados por órgão, especificando a que título tais valores foram atribuídos a tais indivíduos:

<b>Exercício Social 2016 - Remuneração recebida em função do exercício do cargo no emissor</b>				
	<b>Conselho de Administração</b>	<b>Diretoria Estatutária</b>	<b>Conselho Fiscal</b>	<b>Total</b>
Controladores Diretos e Indiretos	Não aplicável, uma vez que a Companhia não tinha conselho de administração no exercício de 2016	N/A	Não aplicável uma vez que o conselho fiscal não foi instalado no exercício de 2016	N/A
Controladas da Companhia	Não aplicável, uma vez que a Companhia não tinha conselho de administração no exercício de 2016	N/A	Não aplicável uma vez que o conselho fiscal não foi instalado no exercício de 2016	N/A
Sociedades sob Controle Comum	Não aplicável, uma vez que a Companhia não tinha conselho de administração no exercício de 2016	N/A	Não aplicável uma vez que o conselho fiscal não foi instalado no exercício de 2016	N/A

<b>Exercício Social 2016 – Demais remunerações recebidas, especificando a que título foram atribuídas</b>				
	<b>Conselho de Administração</b>	<b>Diretoria Estatutária</b>	<b>Conselho Fiscal</b>	<b>Total</b>
Controladores Diretos e Indiretos	Não aplicável, uma vez que a Companhia não tinha conselho de administração no exercício de 2016	N/A	Não aplicável uma vez que o conselho fiscal não foi instalado no exercício de 2016	N/A
Controladas da	Não aplicável, uma vez que	N/A	Não	N/A



Companhia	a Companhia não tinha conselho de administração no exercício de 2016		aplicável uma vez que o conselho fiscal não foi instalado no exercício de 2016	
Sociedades sob Controle Comum	Não aplicável, uma vez que a Companhia não tinha conselho de administração no exercício de 2016	N/A	Não aplicável uma vez que o conselho fiscal não foi instalado no exercício de 2016	N/A

Exercício Social 2017 – Remuneração recebida em função do exercício do cargo no emissor e demais Remunerações <sup>1</sup>						
Órgão	Conselho de Administração		Diretoria Estatutária		Conselho Fiscal	Total
	Fixa	Variável	Fixa	Variável		
Celpe	1.278,00	475,22	1.296,00	2.234,22	Não aplicável uma vez que o conselho fiscal não foi instalado no exercício de 2017	5.283,44
Cemar	1.530,00	2.905,52	648,00	2.532,46	Não aplicável uma vez que o conselho fiscal não foi instalado no exercício de 2017	7.615,98
Equatorial Energia	2.160,00	6.558,77	1.848,00	5.608,60	Não aplicável uma vez que o conselho fiscal não foi instalado no exercício de 2017	16.175,37
Equatorial Transmissão	Não aplicável uma vez que o Conselho de Administração não foi instalado no exercício de 2017 na Equatorial Transmissão	Não aplicável uma vez que o Conselho de Administração não foi instalado no exercício de 2017 na Equatorial Transmissão	576,00	288,00	Não aplicável uma vez que o conselho fiscal não foi instalado no exercício de 2017	864,00

<sup>1</sup> No valor da remuneração, estão incluídos todos os encargos e provisões para atendimento ao regime de competência do exercício.



**13.16. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes:**

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes com relação a esta Seção 13 do Formulário de Referência.



**ANEXO IV**  
**ELEIÇÃO DE MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**  
**Itens 12.5 a 12.10 – Formulário de Referência (Instrução CVM 481/09)**

**12.5 – Em relação aos candidatos a membros do Conselho de Administração do emissor, indicar, em forma de tabela:**

<b>Nome</b>	Augusto Miranda da Paz Júnior	<b>Data de Nascimento</b>	10/04/1958
<b>CPF</b>	197.053.015-49	<b>Profissão</b>	Engenheiro
<b>Órgão administração</b>	Conselho de Administração e Diretoria	<b>Cargo eletivo ocupado</b>	Presidente do Conselho de Administração e Diretor Presidente
<b>Data de eleição</b>	20.09.2017	<b>Prazo do mandato</b>	AGO de 2020 (Diretoria)/ AGO de 2019 (CA)
<b>Data de posse</b>	20.09.2017	<b>Eleito pelo controlador</b>	Sim
<b>Nº de mandatos consecutivos</b>	2 (Diretoria) / 1 (CA)	<b>Percentual de participação</b>	100%
<b>Outros cargos e funções exercidas no emissor</b>	Não há.	<b>Descrição de outro cargo/função</b>	[=]
<b>Membro independente</b>	Não	<b>Critério de independência</b>	N/A

O Sr. Miranda atua como Diretor da Companhia desde novembro de 2016 e como membro do Conselho de Administração da Companhia desde setembro de 2017. O Sr. Miranda é Diretor Presidente da Companhia Energética do Maranhão S.A. – CEMAR, do setor de energia e sociedade sob controle comum à Companhia, desde abril de 2010. De 2007 a 2010, foi Diretor Vice-Presidente de Operações e, anteriormente, foi Diretor de Engenharia da CEMAR desde julho de 2004. O Sr. Miranda é experiente executivo com mais de 20 anos no setor elétrico. Antes de ingressar na CEMAR, o Sr. Miranda exerceu diversos cargos nas áreas de gestão da manutenção do sistema elétrico na Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia S.A.- COELBA, do setor de energia, sendo também representante da COELBA junto ao CCON. O Sr. Miranda é engenheiro eletricitista formado pela Universidade Federal da Bahia, com especialização em Gestão de Manutenção promovida pela Eletrobrás em convênio com a PUC/RJ e a Escola Federal de Engenharia de Itajubá/MG e MBA em gestão de empresas de energia elétrica pela FGV/SP.



Não esteve sujeito aos efeitos de condenação criminal, condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse ocasionado a suspensão ou inabilitação para prática de qualquer atividade profissional ou comercial, estando, assim, devidamente habilitado para a prática de suas atividades profissionais. Não é considerado uma pessoa politicamente exposta, conforme definido na regulamentação aplicável.

<b>Nome</b>	Leonardo da Silva Lucas Tavares de Lima	<b>Data de Nascimento</b>	05/06/1977
<b>CPF</b>	023.737.554-08	<b>Profissão</b>	Engenheiro civil
<b>Órgão administração</b>	Conselho de Administração e Diretoria	<b>Cargo eletivo ocupado</b>	Vice-presidente do conselho de administração e diretor
<b>Data de eleição</b>	20.09.2017	<b>Prazo do mandato</b>	AGO de 2020 (Diretoria)/ AGO de 2019 (CA)
<b>Data de posse</b>	20.09.2017	<b>Eleito pelo controlador</b>	Sim
<b>Nº de mandatos consecutivos</b>	2 (Diretoria) / 1 (CA)	<b>Percentual de participação</b>	100%
<b>Outros cargos e funções exercidas no emissor</b>	Não há.	<b>Descrição de outro cargo/função</b>	[=]
<b>Membro independente</b>	Não	<b>Critério de independência</b>	N/A

O Sr. Leonardo atua como Diretor da Companhia desde maio de 2017 e como membro do Conselho de Administração da Companhia desde setembro de 2017. O Sr. Leonardo foi eleito Diretor de Relações com Investidores da Centrais Elétricas do Pará S.A. – CELPA em novembro de 2012 e permaneceu no cargo até janeiro de 2014, quando se tornou Diretor da CELPA. O Sr. Leonardo foi também Diretor da Companhia Energética do Maranhão S.A. – CEMAR no período de abril de 2011 a outubro de 2012. Anteriormente foi *controller* da CEMAR (função que ocupou de 2007 até abril de 2011) e Coordenador de Planejamento e Gestão (de 2005 a 2007). Antes de ingressar na CEMAR, o Sr. Leonardo trabalhou na Telemar Norte Leste, do setor de telefonia, ABN Amro, do setor bancário, URB - Empresa de Urbanização do





Recife, do setor de urbanização, e na Shell Brasil, do setor petrolífero. Graduado em Engenharia Civil pela Universidade de Pernambuco, com pós-graduação em Gestão da Produção e MBA em Gestão de Negócios de Energia Elétrica, pela FGV.

Não esteve sujeito aos efeitos de condenação criminal, condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse ocasionado a suspensão ou inabilitação para prática de qualquer atividade profissional ou comercial, estando, assim, devidamente habilitado para a prática de suas atividades profissionais. Não é considerado uma pessoa politicamente exposta, conforme definido na regulamentação aplicável.

<b>Nome</b>	Humberto Luis Queiroz Nogueira	<b>Data de Nascimento</b>	14/03/1965
<b>CPF</b>	329.273.635-87	<b>Profissão</b>	Empresário
<b>Órgão administração</b>	Conselho de Administração	<b>Cargo eletivo ocupado</b>	Membro efetivo do conselho de administração
<b>Data de eleição</b>	20.09.2017	<b>Prazo do mandato</b>	AGO 2019
<b>Data de posse</b>	20.09.2017	<b>Eleito pelo controlador</b>	Sim
<b>Nº de mandatos consecutivos</b>	0	<b>Percentual de participação</b>	100%
<b>Outros cargos e funções exercidas no emissor</b>	Não há.	<b>Descrição de outro cargo/função</b>	[=]
<b>Membro independente</b>	Não	<b>Critério de independência</b>	N/A

O Sr. Nogueira atua como membro do Conselho de Administração da Companhia desde setembro de 2017. O Sr. Nogueira foi eleito Diretor da Companhia Energética do Maranhão S.A. – CEMAR em agosto de 2016 e da Equatorial Energisa S.A. em agosto de 2017. Atuando no Grupo Equatorial, do qual faz parte a Companhia, desde 2005, foi Gerente de Suprimento e Logística da Equatorial Energia S.A., Gerente de Operações da CEMAR e Gerente de Projeto SAP. Antes de ingressar no Grupo Equatorial, do qual faz parte a Companhia, trabalhou na Oi/Telemar de 1987 a 2005. Humberto é graduado pela UNIFACS.

Não esteve sujeito aos efeitos de condenação criminal, condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e condenação transitada em



julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse ocasionado a suspensão ou inabilitação para prática de qualquer atividade profissional ou comercial, estando, assim, devidamente habilitado para a prática de suas atividades profissionais. Não é considerado uma pessoa politicamente exposta, conforme definido na regulamentação aplicável.

<b>Nome</b>	Sérvio Túlio dos Santos	<b>Data de Nascimento</b>	15/04/1965
<b>CPF</b>	456.942.224-15	<b>Profissão</b>	Engenheiro eletricista
<b>Órgão administração</b>	Conselho de Administração	<b>Cargo eletivo ocupado</b>	Membro efetivo do conselho de administração
<b>Data de eleição</b>	20.09.2017	<b>Prazo do mandato</b>	AGO 2019
<b>Data de posse</b>	20.09.2017	<b>Eleito pelo controlador</b>	Sim
<b>Nº de mandatos consecutivos</b>	0	<b>Percentual de participação</b>	100%
<b>Outros cargos e funções exercidas no emissor</b>	Não há.	<b>Descrição de outro cargo/função</b>	[=]
<b>Membro independente</b>	Não	<b>Critério de independência</b>	N/A

O Sr. Sérvio Túlio dos Santos atua como membro do Conselho de Administração da Companhia desde setembro de 2017. Formado em Engenharia Elétrica pela Universidade Federal da Paraíba (1986), com especialização em Tecnologia Digital pela Universidade Federal da Bahia; MBA em Gestão Empresarial pela FGV. Atuou em diversos níveis gerenciais nas Distribuidoras do Grupo Neoenergia – na Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia S.A. – COELBA (1986/2001) e na Companhia Energética de Pernambuco S.A. – CELPE (2001/2005). Foi Diretor de Distribuição da Centrais Elétricas do Pará S.A. – CELPA, entre 2012/2013, distribuidora de energia sob controle comum à Companhia. Na Companhia Energética do Maranhão S.A. – CEMAR atuou nas Gerências: Técnica (2005/2006), Manutenção (2007/2008), Gestão do Programa Luz Para Todos no Maranhão (2008/2011), Expansão (2011/2012), Operação (2014/2015).

Não esteve sujeito aos efeitos de condenação criminal, condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse ocasionado a suspensão ou



inabilitação para prática de qualquer atividade profissional ou comercial, estando, assim, devidamente habilitado para a prática de suas atividades profissionais. Não é considerado uma pessoa politicamente exposta, conforme definido na regulamentação aplicável.

<b>Nome</b>	Humberto Soares Filho	<b>Data de Nascimento</b>	29/04/1977
<b>CPF</b>	915.885.025-20	<b>Profissão</b>	Economista
<b>Órgão administração</b>	Conselho de Administração	<b>Cargo eletivo ocupado</b>	Membro efetivo do conselho de administração
<b>Data de eleição</b>	20.09.2017	<b>Prazo do mandato</b>	AGO 2019
<b>Data de posse</b>	20.09.2017	<b>Eleito pelo controlador</b>	Sim
<b>Nº de mandatos consecutivos</b>	0	<b>Percentual de participação</b>	100%
<b>Outros cargos e funções exercidas no emissor</b>	Não há.	<b>Descrição de outro cargo/função</b>	[=]
<b>Membro independente</b>	Não	<b>Critério de independência</b>	N/A

O Sr. Soares atua como membro do Conselho de Administração da Companhia desde [setembro de 2017]. O Sr. Soares foi eleito Diretor da Equatorial Energia S.A. em agosto de 2016. Antes foi Diretor Administrativo-Financeiro da Companhia Energética do Maranhão S.A. – CEMAR (sociedade sob controle comum à Companhia) e da Equatorial Energia S.A., entre novembro de 2012 e agosto de 2016. Entre outubro de 2011 e outubro de 2012, foi Gerente Financeiro e de Relações com Investidores da Unidas S.A., do ramo de locação de carros, anteriormente, foi Gerente Administrativo-Financeiro da CEMAR entre abril de 2008 e março de 2011, e *controller* até setembro de 2011. O Sr. Soares possui graduação em Economia pelo IBMEC e MBA em Gestão de Negócios em Energia Elétrica pela FGV.

Não esteve sujeito aos efeitos de condenação criminal, condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse ocasionado a suspensão ou inabilitação para prática de qualquer atividade profissional ou comercial, estando, assim, devidamente habilitado para a prática de suas atividades profissionais.



Não é considerado uma pessoa politicamente exposta.

<b>Nome</b>	Firmino Ferreira Sampaio Neto	<b>Data de Nascimento</b>	14/05/1946
<b>CPF</b>	149.224.538-06	<b>Profissão</b>	Empresário
<b>Órgão administração</b>	Conselho de Administração	<b>Cargo eletivo ocupado</b>	Membro efetivo do conselho de administração
<b>Data de eleição</b>	20.09.2017	<b>Prazo do mandato</b>	AGO 2019
<b>Data de posse</b>	20.09.2017	<b>Eleito pelo controlador</b>	Sim
<b>Nº de mandatos consecutivos</b>	0	<b>Percentual de participação</b>	100%
<b>Outros cargos e funções exercidas no emissor</b>	Não há.	<b>Descrição de outro cargo/função</b>	[=]
<b>Membro independente</b>	Não	<b>Critério de independência</b>	N/A

O Sr. Sampaio atua como membro do Conselho de Administração da Companhia desde setembro de 2017. O Sr. Sampaio foi Presidente do Conselho de Administração da Equatorial Energia S.A., de março de 2006 a abril de 2010 e atua como Conselheiro da Companhia Energética do Maranhão S.A. – CEMAR, sociedade do Grupo Equatorial, de que faz parte a Companhia, do setor de energia, desde maio de 2004. Sr. Sampaio Neto foi presidente da Eletrobrás, do setor de energia, entre os anos de 1996 e 2001 e Presidente da Eletrobrás Termonuclear entre os anos de 2000 e 2001. O Sr. Sampaio Neto foi Presidente e Diretor Financeiro da Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia S.A. – COELBA, do setor de energia, por 14 anos. Ex-membro do Conselho de Administração de Furnas, Itaipu Binacional, Companhia Hidrelétrica do São Francisco S.A. – CHESF, Eletrosul, Gerasul, Companhia Energética de Minas Gerais S.A. – CEMIG, Empresa Energética de Mato Grosso do Sul S.A. – ENERSUL, Centrais Elétricas Matogrossenses – CEMAT e LIGHT S.A. – LIGHT, todas do setor de energia. O Sr. Sampaio Neto é graduado em Economia pela UFBA e pós-graduado em Planejamento Industrial pela SUDENE/IPEA/FGV. Não esteve sujeito aos efeitos de condenação criminal, condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse ocasionado a suspensão ou inabilitação para prática de qualquer atividade profissional ou comercial, estando, assim, devidamente habilitado para a prática de suas atividades profissionais. Não é considerado uma pessoa politicamente



exposta, conforme definido na regulamentação aplicável.

<b>Nome</b>	Augusto Dantas Borges	<b>Data de Nascimento</b>	25/08/1977
<b>CPF</b>	897.064.045-20	<b>Profissão</b>	Engenheiro eletricista
<b>Órgão administração</b>	Conselho de Administração	<b>Cargo eletivo ocupado</b>	Membro efetivo do conselho de administração
<b>Data de eleição</b>	20.09.2017	<b>Prazo do mandato</b>	AGO 2019
<b>Data de posse</b>	20.09.2017	<b>Eleito pelo controlador</b>	Sim
<b>Nº de mandatos consecutivos</b>	0	<b>Percentual de participação</b>	100%
<b>Outros cargos e funções exercidas no emissor</b>	Não há.	<b>Descrição de outro cargo/função</b>	[=]
<b>Membro independente</b>	Não	<b>Critério de independência</b>	N/A

O Sr. Augusto Dantas Borges atua como membro do Conselho de Administração da Companhia desde setembro de 2017. Graduado em Engenharia Elétrica pela PUC-MG, em 1999. Entre 2002 e 2008, ocupou o cargo de Analista Comercial e Gestor de Atendimento na Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia S.A. – COELBA, do setor de energia. Em 2008, passou a ocupar o cargo de Coordenador Comercial e Executivo de Relacionamento na Companhia Energética do Maranhão S.A. – CEMAR (sociedade sob controle comum à Companhia) e, em 2011, passou a ocupar o cargo de Gerente de Recuperação de Energia ainda na CEMAR. Em 2012, foi eleito Diretor das Centrais Elétricas do Pará S.A. – CELPA.

Não esteve sujeito aos efeitos de condenação criminal, condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse ocasionado a suspensão ou inabilitação para prática de qualquer atividade profissional ou comercial, estando, assim, devidamente habilitado para a prática de suas atividades profissionais. Não é considerado uma pessoa politicamente exposta, conforme definido na regulamentação aplicável.



**12.7/8. Membros dos comitês estatutários, comitês de auditoria, comitês de risco, comitês financeiro e comitê de remuneração:**

A Companhia não possui comitês, estatutários ou não.



**12.9. Existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o 2º grau relacionadas a administradores do emissor, controladas e controladores**

***Justificativa para o não preenchimento do quadro:***

Conforme o anexo 24 da Instrução CVM 480, o preenchimento deste item é facultativo para as companhias abertas categoria “b”.



**12.10. Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros**

***Justificativa para o não preenchimento do quadro:***

Conforme o anexo 24 da Instrução CVM 480, o preenchimento deste item é facultativo para as companhias abertas categoria “b”.